

CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA: Comemorações do Dia do Índio nos Jornais Correio da Bahia e Tribuna da Bahia (1990-2000)

Rafaela dos Santos Souza¹

RESUMO: Este texto é parte da reflexão proposta pela pesquisa intitulada *Dia do Índio: Imagem, discurso e memória* que visa traçar as diversas abordagens advindas de diferentes jornais em relação às comemorações do Dia do Índio. Neste artigo abordamos a temática das comemorações referentes ao dia 19 de abril nos jornais baianos especificamente, *Tribuna da Bahia e Correio da Bahia* durante a década de 1990. Propomos uma reflexão sobre as imagens transmitidas a partir dos espaços comemorativos em questão, visando questionar essas representações na construção e manutenção de uma memória acerca dos povos indígenas, bem como o papel social das comemorações.

PALAVRAS CHAVE: Povos indígenas, imprensa, memória.

Este texto trata da temática das comemorações referentes ao dia 19 de abril – o Dia do Índio, reflexão que parte da pesquisa intitulada *Dia do Índio: Imagem, discurso e memória*². A preocupação central é repensar o papel que vem sendo desempenhado por esses espaços comemorativos, discutindo as imagens veiculadas nos mesmos e sua participação na construção de uma memória acerca dos povos indígenas. Segundo Ferreira,

“a memória pode constituir um elemento importante para o reconhecimento e a valorização de indivíduos ou grupos. Com esses objetivos, mesmo a memória constituída efetua um trabalho de manutenção, de renovação, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização”³

Nesse sentido, as comemorações ocupam lugar de destaque no universo político e contribuem para a formação de uma memória social e legitimação de uma série de imagens acerca desses povos. Seja no espaço escolar, na imprensa, nas instituições governamentais ou não governamentais e até mesmo via debate historiográfico, as comemorações do dia 19 de abril, longe de produzirem um simples consenso, são espaços que revelam tensões e conflitos. Entendendo que a historiografia brasileira desempenha papel significativo na criação das representações sobre os indígenas, busca-se perceber diálogos entre as interpretações de alguns autores que se destacaram na produção da História do Brasil.

De modo geral, a historiografia brasileira, ao longo de sua trajetória, não tem produzido muitos trabalhos sobre os povos indígenas, que os compreenda enquanto sujeitos no processo histórico. Historicamente, o indígena é relegado ao passado enquanto vítimas de

sua história, sendo requisitados para fundamentar o projeto de nacionalidade em diferentes épocas. Essa abordagem da historiografia em relação a esses sujeitos nos possibilita refletir sobre os perfis ideológicos que podem ser evidenciados por argumentos eurocêntricos, elitista, que produzem e reproduzem padrões socioculturais.

Para Edinaldo Bezerra de Freitas⁴, o projeto de exclusão dos povos indígenas da historiografia brasileira ocorre no momento da sua fundação quando se tentava dar sustentação a ideia de Estado Nação, sendo Antonio Adolfo Varnhagen, o primeiro a decretar em 1854 que: “de tais povos na infância, não há história; há só etnografia”⁵. Nos escritos de Varnhagen os indígenas ganham descrições extremamente detratórias, indo desde as tradicionais acusações de indolentes, canibais, até a falta de patriotismo.

Foi também no século XIX que o Movimento Indianista surgiu criando uma visão romântica dos indígenas para fundamentar o ideal de Estado Nação Brasileiro. Entretanto, o romantismo dos indianistas não descartava a ideia de decadência da população indígena. Nesse período, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) apresentava um projeto de História do Brasil adequado aos interesses das elites locais. Assim, em 1844, foi realizado um concurso sobre “Como escrever a História do Brasil” que fazia parte do esforço de fundamentar o recente processo de independência. O naturalista alemão Von Martius⁶ venceu o concurso, sua dissertação pautou-se na ideia de miscigenação das três raças que passou a ser difundida em larga escala servindo de base para vários debates e produções historiográficas posteriores.

No século XX, alguns autores também discutiram direta ou indiretamente sobre as populações indígenas. Tiveram destaque Gilberto Freyre⁷, Caio Prado Júnior⁸. Caio Prado, ao analisar o processo de formação colonial brasileiro, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, discorre sobre as populações indígenas apresentando-as como vítimas do conflito pela ocupação territorial e pela contenda de utilização de sua mão de obra. Gilberto Freyre também comunga da visão evolucionista, em *Casa Grande e Senzala*, ao considerar esses povos culturalmente inferiores aos brancos e negros, para ele, tratava-se de um povo na infância. A grande preocupação desse autor é demonstrar as contribuições dos indígenas para a formação da família brasileira, daí o grande destaque dado a sexualidade das indígenas. Suas análises resultam numa visão simplista sobre esses povos que os mantém presos ao passado, como coadjuvantes da história cuja contribuição ele tenta mapear.

Nas obras supracitas é evidenciado o tratamento dado a esses povos e as visões que foram criadas no decorrer da história e que ainda hoje são fruto de grande debate. Recentemente, a partir da chamada “Nova-História” e mediante o predomínio da chamada história cultural, a temática indígena tem ganhado maior atenção, no entanto, ainda é pequeno o número de obras publicadas, algumas teses e dissertações acadêmicas aparecem timidamente. Nesse sentido, surgiram autores que discutem as visões cristalizadas pela historiografia que retratam os indígenas como vítimas ou vilões no processo histórico, não levando em consideração seu papel como agentes do processo. Alguns autores vêm se destacando, dentre os quais: Manuela Carneiro⁹, Ronaldo Vainfas, Maria Hilda Baqueiro Paraíso¹⁰, John Monteiro¹¹. A partir das leituras desses autores, pode-se perceber uma nova abordagem sobre o papel desempenhado pelos indígenas no decorrer da história, bem como o papel que os mesmos ocupam no cenário nacional. Contudo, cabe destacar que ainda há necessidade de melhor refletir essa temática sobre uma perspectiva histórica, visto que a maior parte dos trabalhos referentes a esses povos provém da antropologia.

Um fator importante para melhor compreendermos a repercussão da relação entre historiografia e comemoração enquanto “cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento”¹² é a concepção de memória como construção social refletindo sobre sua importância enquanto construtora e mantenedora de imagens dos indígenas. Parafraçando Michel Pollack¹³, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto coletiva quanto individual, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Contudo, essa construção é passível de mudanças, negociações e transformações. Pollack possibilita refletir sobre lugares de apoio da memória na memória mais pública, isto é, nos lugares de comemoração.

Outra reflexão imprescindível para esse estudo consiste na relação entre história e imprensa. É necessário refletir sobre o papel desempenhado pela mídia como meio de informação da atualidade, frente ao pequeno número de trabalhos de historiadores sobre a história imediata para subsidiar tais discussões. Ainda há muita resistência no ambiente acadêmico sobre as formas e pertinência de historiadores desenvolverem tais trabalhos. Diante disso, essa função fica a cargo dos jornalistas, como se seus escritos fossem “neutros”. Segundo Carla Luciana Silva,

“é necessário discutir o papel da imprensa como ‘desinformadora’ acerca da realidade contemporânea. A imprensa se coloca no papel de ‘narrar a história’ e registrar a história. Oculta, no mais das vezes seu papel enquanto ‘agente’ dessa mesma história.”¹⁴

Devemos compreender as empresas jornalísticas como partidárias de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus projetos, ou seja, suas interpretações da realidade acabam influenciando no conhecimento que se tem sobre a realidade e no posicionamento que os receptores tomam diante dos fatos e traçam suas visões de mundo. Essa proposta compreende a “notícia” não como expressão da verdade, mas como uma mercadoria produzida para ser vendida, assim como outros produtos. O que não descarta algum tipo de relação com a realidade, que acaba por distorcê-la.

Não podemos perder de vista o propósito e o sentido político da manipulação, nesse sentido nos sugere Carla Luciana Silva,

“Ao construir hegemonia, buscar convencimento e criar visão de mundo os jornais (em conjunto com os demais instrumentos de mídia) são um fundamental instrumento da dominação no final do século XX e início do XXI.”¹⁵

Tomando por base as considerações realizadas até aqui no que diz respeito a mídia e sua postura enquanto mantenedora da hegemonia, a partir dos padrões de manipulação e o poder engendrado nesses meios de comunicação para disseminação de ideias que são transmitidas como verdade incontestável, cabe questionar quais imagens são transmitidas nesses veículos de comunicação sobre os sujeitos marginalizados, em especial, os povos indígenas. Nessa perspectiva, é importante refletir sobre as formas de silenciamento ou, quando incluídas, estigmatização com as quais são tratadas as populações indígenas no Brasil.

Ao analisar o dia do índio lembramos que a data foi criada por recomendação do 1º Congresso Indigenista Interamericano, reunido em Patzcuaro, no México em 1940 e criado no Brasil através do Decreto-lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943. Cabe ressaltar que este Decreto foi feito na vigência do Estado Novo, que apresenta dentre outras características o nacionalismo, buscando a unidade nacional, defesa territorial, sustentava o indígena como um ícone que trouxe contribuições inestimáveis à formação histórica e cultural brasileira. Nesse momento, houve grandes esforços do Estado em tutelar esses sujeitos, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos indígenas.

A política de Estado do Governo Vargas intensificou o caráter intervencionista e invasivo das políticas indigenistas desenvolvidas após a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e em meio à alegação da valorização dos indígenas enquanto símbolos da nação foi desenvolvido um amplo projeto de integração das comunidades indígenas cujos resultados foram funestos¹⁶.

Seth Garfield e Bowdoin College, em seu artigo que discute os indígenas e o Estado Nação na Era Vargas, nos alertam para a ambiguidade do projeto implantado pelo governo Vargas ao afirmar que

“Durante o Estado Novo, o Estado orquestrou ou promoveu um discurso indigenista que ecoava todas as questões proeminentes na política mundial da época: racismo, xenofobia e chauvinismo. Com sua esmagadora população inter-racial, o Brasil não poderia abraçar com credibilidade uma ideologia que depreciasse todos os não europeus.”¹⁷

Compreendendo a importância do 19 de abril enquanto espaço reservado sob decreto desde 1943 no Brasil para a comemoração do Dia do Índio, bem como para a criação e manutenção de representações sobre os povos indígenas cuja data é destinada a “homenagear”, cabe refletir sobre quais bases historiográficas tais imagens foram e são criadas e o que tais construções discursivas produziram e produzem no sentido de legitimar certos discursos que acabam por estereotipar esses sujeitos.

As comemorações do 19 de abril que tradicionalmente ocorrem, se contrastada com as discussões mais profundas sobre os indígenas aliadas a repercussão causada a partir dessas comemorações, revelam que tais espaços reforçam ideias genéricas sobre os indígenas, não compreendendo-os como sujeitos históricos, relegando os mesmos ao passado de modo a compreendê-los como imutáveis destoando da “sociedade civilizada”.

Tal forma de proceder pode levar grande parte da sociedade a negar a identidade indígena quando por ventura tais povos fogem a essa idéia que historicamente vem sendo preservada acerca desses sujeitos, sempre recorrendo às rotulações superficiais de bons ou maus selvagens. Nesse sentido, analisar de que forma a mídia, espaço que se destina a “informar” a população, vem noticiando essa data, pode nos revelar aspectos conflituosos no que se refere às formas como o 19 de abril vêm sendo exposto, bem como a ausência de matérias sobre essa temática também pode indicar as opções político e ideológicas dos meios

de comunicação, demonstrando os limites da informação que tais meios se propõem a disseminar.

A partir dessas considerações questionamos o sentido dessas comemorações na construção do imaginário coletivo sobre esses sujeitos. Para a realização da análise foi necessário um levantamento de alguns jornais e revistas de destaque local (Jornal Feira Hoje e Jornal Folha do Norte), estadual (Jornal Correio da Bahia e Jornal Tribuna da Bahia) e nacional (revista Veja, Época e Isto É), para ampliar a discussão sobre o tratamento dado pela mídia ao Dia do Índio. Contudo, por ora, optamos por restringir nossa análise a dois jornais impressos de circulação estadual na Bahia, sendo eles o Jornal Correio da Bahia e Tribuna da Bahia.

A reflexão aqui exposta prioriza a década de noventa devido as discussões ocorridas a nível nacional no que se refere às comemorações dos 500 anos do Brasil, especialmente na mídia televisiva e na imprensa, bem como pelos debates ocorridos internacionalmente sobre os indígenas que culminou na Primeira Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo. Tais acontecimentos deram maior visibilidade às questões indígenas que aliado as matérias dos jornais me possibilitam refletir sobre as contribuições e/ou manutenção de uma memória acerca dos povos indígenas.

A partir das primeiras investigações junto as fontes foi possível perceber a restrita quantidade de notícias sobre os indígenas no 19 de Abril, em grande parte das revistas examinadas (Veja, Época, Isto É) e em alguns jornais de circulação local (Feira Hoje e Folha do Norte)¹⁸. Cabe ressaltar que a data criada como meio para a comemoração do Dia do índio não recebe destaque na mídia, o que aponta para a posição político-ideológica da mesma no tocante a discussão sobre esses povos. Tais posturas revelam o descaso com o qual essa temática vem sendo abordada, sendo priorizadas em muitos casos outras datas comemorativas que ocorrem no mesmo dia, como por exemplo, o Dia do Exército Brasileiro criado pelo Decreto de 24 de maio de 1994, que desde então vem sendo noticiado em alguns jornais como o Feira Hoje e o Folha do Norte, não havendo nestes a mesma atenção no que se refere ao Dia do Índio.

Frente ao levantamento das matérias observa-se que apesar das novas discussões historiográficas realizadas acerca da temática indígena nos espaços acadêmicos, pouco desses avanços foram propagados através das matérias jornalísticas até então examinadas¹⁹.

Destacamos ademais que nessas matérias ainda prevalece o emprego de termos que já passaram por revisões que discutem a legitimidade de seus usos, tais como: “tribos”, “aculturados”, “extermínio”, “povos dizimados”, “programa de índio”, “civilizados”, “índio”, “descobrimento”, “aborígenes”.

As análises das matérias do Jornal Correio da Bahia, revelam a produção de um discurso ambíguo em relação as comemorações do 19 de abril e em relação aos indígenas em geral. Em algumas reportagens as comemorações do Dia do Índio são abordadas de forma crítica e apresentam um duplo efeito de lembrar e esquecer tais sujeitos. Sendo esses lembrados como parte do passado e esquecidos pela ausência de discussão em relação à situação enfrentada por esses sujeitos na atualidade, além do não reconhecimento de seus direitos e identidade. As matérias analisadas também nos permitem refletir sobre as causas do pensamento - ainda vigente na sociedade - que nega a existência de indígenas especialmente na região Nordeste onde a miscigenação foi intensa, com base em aspectos estereotipados e equivocadas noções de identidades.

Numa matéria publicada em 19 de abril de 1997, intitulada “*Civilizados mantêm imagem da nudez*” é possível identificarmos uma crítica a visão romântica que foi construída acerca dos povos indígenas. Discutindo criticamente sobre o uso do termo “aculturado”, o jornal utiliza ideias do antropólogo e diretor na ANAÍ, José Augusto Laranjeira. Este antropólogo informa que a ideia de imutabilidade cultural é insustentável e acaba por deslegitimar as lutas dos povos indígenas. O antropólogo expõe a forma de pensar da maioria dos não índios que se baseia numa imagem estereotipada e presa ao passado sem comportar mudanças e afirma que “O ser índio está mais atrelado à consciência política e histórica do que à genética” como forma de combater a ideia equivocada de que ser índio é condição definida a partir de traços físicos.

Contudo, em outras matérias, o jornal partilha de ideias que na matéria em que o professor Augusto foi entrevistado tentou desconstruir, a exemplo, da que foi publicada no dia 20 de abril de 1991 que além de usar o termo “civilizado” ao referir-se aos não indígenas, traz a ideia de que ao misturar-se culturalmente o indígena perde a identidade, apresenta o contato como se a cultura indígena desaparecesse diante das outras, mas não tem a mesma compreensão em relação à cultura não indígena. Fortalecendo a ideia de uma cultura frágil que ao ter contato com qualquer outra perde sua identidade, tal qual acreditavam os

indigenistas em vários momentos do século XX. Outra matéria de 19 de abril de 1997, ao falar sobre o Dia do Índio faz a seguinte afirmação: “Também criaram o Dia do Índio, como se previssem que essa nação ficaria apenas na memória.” Reafirmando a ideia de que os indígenas fazem parte unicamente do nosso passado. Em outras matérias, os indígenas aparecem como ingênuos e moradores das florestas (visão romantizada). Há ainda a ideia, novamente, de que os indígenas que fogem dos padrões estereotipados perdem suas características culturais.

No Jornal Tribuna da Bahia fica evidenciado, assim como em algumas matérias do jornal Correio da Bahia, o questionamento em relação a ausência de razões para comemorações no Dia do Índio. Destaca que a data é utilizada pelos indígenas como momento de protesto. Em uma das matérias do dia 19/04/1994, na parte *“Encontro reúne representantes indígenas”*, divulga os eventos realizados em comemoração ao Dia do Índio, fazendo uma crítica sutil ao fato desses lutarem por sua sobrevivência enquanto são organizadas formas de homenageá-los. Nesse mesmo dia, na parte *“Nem todo dia é dia de Índio”* critica a superficialidade com que a data é tratada nas escolas.

Apesar de apresentar algumas discussões que contribuem no esforço de ampliar as visões acerca dos indígenas no Brasil, algumas matérias trazem informações distorcidas e equivocadas que contrapõem-se as discussões levantadas em outros momentos por outras matérias, exemplo disso é a utilização da frase: “nada sobrou das sociedades indígenas originais” que é apresentada na reportagem do dia 19/04/1993. Assim como questiona a identidade indígena na legenda de uma imagem associada a matéria do dia 19/04/1991 que traz a seguinte afirmativa: *“O índio deixou a terra e seus costumes originais, inclusive a inocência da nudez, para passar pelo processo de aculturação imposto pelo homem branco.”*

Diante das análises e considerações realizadas, é possível perceber que as comemorações do dia do índio trazem implícita e explicitamente conflitos diversos, mas, sobretudo a divisão de opiniões sobre o que comemorar. De um lado a imprensa usa o espaço comemorativo para reforçar as visões estereotipadas e equivocadas sobre os indígenas, onde com raras exceções -ao convocar algum especialista para tratar do tema- se encontra informações razoáveis sobre esses povos do outro a denuncia de que os indígenas usam o espaço comemorativo como questionamento a ideia da comemoração. Ao negarem razões para comemorações, esses povos acabam por denunciar suas condições de vida cujo processo de exclusão, de violência e de desrespeito aos seus direitos foi construído historicamente,

ainda que a imprensa gaste suas páginas para reforçar informações negativas como as explicitadas aqui.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana. Pesquisa financiada pela FAPESB. Endereço eletrônico: rafass1@live.com.

² Filiada ao *Projeto Povos Indígenas no Brasil: os olhares de Freyre e Caio Prado Júnior*, e inserida ao grupo NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Orientada pela Doutora Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira. Agradecimentos a Doutoranda Zeneide Rios de Jesus e ao Mestre Diego Carvalho Corrêa pela colaboração no desenvolvimento da pesquisa.

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História. Ética e História oral*, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997. p. 157

⁴ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. *Universidade Federal de Rondônia. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo103.html>

⁵ VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. 10ª ed. Integral. São Paulo, EDUSP, 1981.(1ª ed. 1867). p.30.

⁶ MARTIUS, C. F. Von - Como se deve escrever a História do Brasil. *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.

⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: editora Record, 1989. P. 160.

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

⁹ Ver mais: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. 2ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, 2009. 611p.

¹⁰ Além dessas obras publicadas, existe uma boa produção realizada a partir dos Programas de Pós-Graduação em todo o país, como por exemplo o da UFBA cujos trabalhos sob a orientação da professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso tem dado uma ampla contribuição para a História Indígena.

¹¹ Vem desenvolvendo um projeto virtual que disponibiliza gratuitamente algumas produções acadêmicas que compreendem os povos indígenas.

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História. Ética e História oral*, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997. p.1

¹³ Ver: POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212*.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 3-15*.

¹⁴ SILVA, Carla Luciana. Estudando a imprensa para produzir história. In: *GT: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/carlalucianasilva.pdf> p.1

¹⁵ Idem. Ibidem. p.8

¹⁶ Saber mais sobre o período ao trabalho de ROCHA, Leandro Mendes. *A política Indigenista no Brasil: 1930-1967*. Goiânia: Ed. UFG, 2003).

¹⁷ GARFIELD, Seth. COLLEGE, Bowdoin. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000 p.6*

¹⁸ Apesar de ter pesquisado as revistas mencionadas via internet em acervo online e em bibliotecas, não tive acesso a todos os exemplares publicados no período pesquisado. No entanto, cabe ressaltar que em todos os exemplares pesquisados, 1990-2000, não foi encontrada nenhuma matéria que fizesse referência ao Dia do Índio. As reportagens apresentavam, geralmente, discussões relacionados aos

embates entre fazendeiros e indígenas em relação à terra. Nos jornais Feira Hoje e no Folha do Norte foram encontradas somente uma matéria em cada jornal

¹⁹ Ao todo foram encontradas trinta e oito matérias no jornal Tribuna da Bahia e quarenta e dois no jornal Correio da Bahia que se referia ao 19 de abril.